

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2011:-----**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e cinco minutos teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

1.1-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010;

**II- ORDEM DO DIA**

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2-ALTERAÇÃO DO PDM DE SANTA COMBA DÃO/ APROVAÇÃO;

2.3- PROJECTO DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ALVES MATEUS DE SANTA COMBA DÃO/APROVAÇÃO;

2.4-APRECIAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO;

2.5-ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2011 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO;

2.6-RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO- 2010/CONHECIMENTO;

2.7-POLITICAS DE FAMILIA E PROMOÇÃO DA NATALIDADE- CRIAÇÃO DE UM CARTÃO MUNICIPAL DA FAMILIA NUMEROSA/PROPOSTA APRESENTADA PELA DEPUTADA DRª LEANDRA CORDEIRO= APROVAÇÃO;

2.8- APRECIAÇÃO E EVENTUAL SUBSCRIÇÃO DO MANIFESTO “ INVESTIR NA EDUCAÇÃO DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA!”

**III- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Esmeraldo Ferreira Gomes, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificaram-se as ausências dos Srs. Deputados José Augusto Morais de Sousa e Edite da Conceição Alves da Cruz. A Sra. Deputada Edite da Conceição Alves da Cruz teve a sua falta justificada ao contrário do Sr. Deputado José Augusto Morais de Sousa a quem foi considerada falta injustificada por não ter apresentado qualquer pedido de justificação.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.  
Ponto um ponto um: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a Acta aprovada por maioria de 25 votos a favor (15 do PPD/PSD e 10 do PS) e uma abstenção do PPD/PSD (Sr. Deputado José Rui Ferreira). Não participaram na votação os Srs. Deputados César Fernando Lima Branquinho e Paula Cristina Massano Nunes Correia por não se encontrarem presentes na altura desta votação, participando na sessão a partir das 15:10 horas.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados João Pedro Costa, Paula Francisca Gomes e Inês Maria Matos.

Dada a palavra ao Sr. Deputado João Pedro Costa este em nome do Grupo Parlamentar do PPD/PSD apresentou a proposta de Moção que constitui o anexo nº1 desta acta.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que começou por dizer que a preocupação manifestada também se estendia ao Partido Socialista, estavam de acordo na localização do Helicóptero do INEM em Santa Comba Dão por vários motivos: a tradição, a localização, a estratégia e a abrangência que tem. Estavam de acordo e solidários com o protesto e com a posição manifestada.

Não havendo mais pedidos de intervenção sobre esta matéria, a moção apresentada foi posta à votação sendo aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que a mesma iria ser enviada às entidades competentes e directamente ligadas à situação e aos Órgãos de Soberania.

Foi de seguida dada a palavra à Sra. Deputada Paula Francisca Gomes que fez a intervenção constante do anexo nº2 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

Para responder a uma pergunta directa feita naquela intervenção foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que por ser um Ano de Voluntariado quem devia ter projectos era a Sociedade Civil pois até aqui quem tem dado respostas é o Estado e se há o Ano do Voluntariado é para que as comunidades da Sociedade Civil possam realmente partir para um projecto destes. Pessoalmente, apesar do pouco tempo que tem, estava disponível para aderir a qualquer iniciativa que seja tomada por parte desse grupo de pessoas. Em relação à Câmara Municipal com certeza que se houver algum pedido para apoio no aspecto logístico ele será dado como aconteceu no ano passado com a iniciativa "Limpar Portugal". Frisou no entanto que a iniciativa devia partir da Sociedade Civil.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Inês Maria Matos que fez a intervenção constante do anexo nº3 desta acta e que faz parte integrante da mesma.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que na qualidade de representante desta Assembleia no ACES DÃO LAFÕES III referiu uma reunião realizada há poucos dias em Mangualde que é a sede deste

órgão e onde esteve também presente o Sr. Vice-presidente da Câmara da Santa Comba Dão e onde no final da reunião foi abordado o assunto referido na intervenção anterior. Sabe-se do protocolo que existe, ainda feito pelo anterior executivo. Fez uma intervenção nessa reunião expressando a opinião de que todos os Municípios com viaturas protocoladas com os Serviços de Saúde deviam ter uma reunião conjunta, até porque a Presidente neste sector é a Presidente da Câmara Municipal de Nelas e sendo médica tinha uma certa sensibilidade para as questões da saúde e isto devia ser debatido. Talvez o Sr. Doutor José Craveiro não esteja a actuar da melhor maneira, podendo ter as suas razões e o Sr. Presidente da Câmara também terá as suas razões. A falar é que as pessoas se podem entender e na sua opinião deveria haver uma reunião com os Presidentes de Câmara dos quatro Concelhos para debaterem e protocolarem novamente o serviço das viaturas cedidas para o Serviço de Saúde. Os domicílios são às Terças e Quintas, mas possivelmente o carro não iria ficar parado nos outros dias, também concordava que a viatura ao ser cedida ao Centro de Saúde de Santa Comba Dão era em Santa Comba Dão que devia ser utilizada, mas pensava que o Sr. Presidente da Câmara não iria contra se por acaso fosse preciso levar uma água de Santa Comba Dão a Viseu. A situação devia ser debatida com bom senso e em comunhão de ideias para o bem da saúde e de todos.

Passou-se de seguida para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Artº19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que sobre a actividade do Município disse ser extensa e ter sido devidamente expressa na documentação enviada a todos os Srs. Deputados. Salientava apenas o aumento da eficiência que se tem notado em todas as intervenções feitas pelos diversos sectores do Município. Referiu também a quantidade de trabalho em curso e apresentado na área do Planeamento e ainda a dinâmica dos diversos pelouros que continuam com as actividades que já têm vindo a desenvolver desde há alguns anos. Em relação à situação financeira do Município apresentava apenas o controlo orçamental de Janeiro uma vez que na Ordem de Trabalhos consta um ponto onde irá ser analisada a situação financeira do Município com mais detalhe, isto é quando for apreciado o primeiro relatório de execução do PSF Reformulado.

Não houve qualquer pedido de intervenção neste ponto.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: ALTERAÇÃO DO PDM DE SANTA COMBA DÃO/ APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que o assunto tinha a ver com algumas alterações do uso do solo de algumas partes do PDM, como a reclassificação de zonas onde havia aviários que agora se encontram desactivados e com a redefinição com áreas de Reserva Agrícola e Ecológica. Enquanto a revisão do PDM não ficar definitivamente concluída estas alterações vão permitir uma melhor gestão deste.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a alteração ao PDM aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto três: PROJECTO DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ALVES MATEUS DE SANTA COMBA DÃO/APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que o projecto já tinha sido publicado e sujeito ao prazo de discussão pública, que terminado e não se tendo verificado qualquer proposta de alteração era presente à Assembleia Municipal para aprovação.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o projecto de regulamento aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: APRECIÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir valores da despesa efectuada em 2010 e que em resultado de algumas das medidas propostas e aplicadas pelo PSF Reformulado tiveram resultados positivos. Apenas as despesas da Assembleia Municipal e com Pessoal aumentaram um pouco mas em virtude de na Assembleia Municipal se terem pago em 2010 senhas de presença de duas sessões de 2009 e em Pessoal devido à

transferência de pessoal da Combanima para a Câmara Municipal. Em termos globais a despesa atingiu em 2010 o valor de 16 milhões e 56 mil euros e em 2009 tinha atingido o valor de 18 milhões e 629 mil euros. Em relação à receita verificou-se uma diminuição no valor dos Impostos Directos, em 2009 recebeu-se um milhão e 445 mil euros e em 2010 recebeu-se um milhão e 305 mil euros. Apresentou depois os outros valores da receita referentes a 2010, havendo a salientar o aumento da receita em Venda de Bens de Investimento (devido à venda do loteamento Santa Comba Dão XXI), Transferências Correntes e Transferências de Capital (devido à vinda de Fundos Comunitários). Foi também considerada a verba de cerca de 2 milhões e 500 mil euros em Proveitos Diferidos (verbas de Fundos Comunitários e dívidas do Estado à Autarquia). Em relação ao previsto no PSF Reformulado e a realidade da execução em 2010, verificou-se uma diminuição da Despesa Corrente em 626.943 euros, menos 8,6% que o projectado. Quanto às Despesas de Capital houve uma diminuição de 1 142 188 euros, menos 17,6% o que originou uma Despesa Total inferior em 1 769 131 euros, cerca de 12,85% menor do que o previsto no PSFR. A Despesa comportou-se bem, mas a Receita não, em virtude da diminuição de valores em relação à previsão e devido a razões que são de todos conhecidas. Já tinha referido a situação dos Impostos indirectos. Na Receita Corrente verificou-se uma diminuição de 413 207 euros e nas Receitas de Capital uma diminuição de 2 105 844 euros, havendo que ter em conta os Proveitos Diferidos no valor de mais de 2 milhões e meio de euros (comparticipações do QREN e dívidas do Estado). Analisando todos estes valores verifica-se que houve um saldo negativo real de 72 515 euros contra uma previsão no PSFR de saldo negativo de 1 905 882 euros. Assim é possível e mantendo a execução que foi feita baixar o horizonte de 2017 previsto para o equilíbrio financeiro em dois ou três anos. A grande questão que se coloca é em relação à receita pois a diminuição do valor dos impostos e os cortes às Autarquias Locais são significativos e só com receitas extraordinárias é possível cumprir o PSF. Não será fácil pois as receitas extraordinárias dependem do estado da economia e de momento não há quem compre mesmo a preços baixos. Será necessária muita cautela, que está a ser tida, indo monitorizando a despesa e deixar a receita acontecer e tentando alguma receita extraordinária. Era tudo o que tinha a dizer.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins que solicitava um ou dois comentários mais específicos ao Sr. Presidente da Câmara em relação ao primeiro Relatório de Execução. Realmente os resultados obtidos e o facto de partir da evolução das Receitas e Despesas ao longo de todo o ano de 2010 deixavam-no com uma dúvida. Essa evolução não ficou certamente a dever-se ao facto de nos últimos seis meses estar em execução o PSFR pois quando este foi aprovado já tinha decorrido uma boa parte de 2010. Seria óptimo que com apenas alguns meses de aplicação da reformulação do PSF se tivessem obtido os resultados que foram apresentados. Era pena que não se devesse apenas ao PSFR mas também às outras medidas que já vinham a ser tomadas. Outra questão era a de pedir ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse como é que ao fim de seis meses de aplicação do novo PSF se possa já esperar que o horizonte de 2017 seja antecipado para dois ou três anos e colocava já a questão de não se terem conseguido os mesmos resultados sem a reformulação do PSF.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que não se devia só ao PSFR mas também porque quando foi apresentado o PSF que como sabiam foi elaborado por um consultor externo que dava garantias do mesmo ser aprovado pelo Tribunal de Contas, como aconteceu, verificaram que ao fim de um ano a execução do PSF apresentado era difícil de controlar, porque sendo verdade que as medidas estavam lá não eram contabilizáveis e foi isso que os levou internamente a promover a reformulação do PSF. Isto e outra situação, é que não se estando a cumprir o PSF como foi dito aqui na Assembleia Municipal pelo PS colocaria em causa a própria Assembleia Municipal e portanto não se querendo correr esse risco e também por uma questão de seriedade decidiram avançar com a reformulação fazendo o contrário do que tinha sido feito antes, primeiro uma análise factual e numérica à situação da Câmara olhando para os números e como eles tinham vindo a crescer desde 2002 até agora e ver onde era preciso actuar para estancar de vez a sangria verificada ao longo dos anos. Foi com esse objectivo que foi apresentado o PSFR, isso deu-lhes logo à partida uma visão muito mais consistente dos tais locais onde era possível actuar, houve outro factor que não foi de desprezar e por uma questão de lealdade para com os membros da Assembleia Municipal não podia deixar de referir, era que a própria crise e a imposição por parte do Governo de medidas gravosas de contenção levou as Câmaras a ter muito mais moral para também

implementar interiormente essas medidas. Sabe-se que as Câmaras têm o problema e também a virtude de resolver problemas devido à proximidade das situações e portanto a Câmara apesar de não ter dinheiro tinha o problema constante de resolver problemas às pessoas, aos Presidentes de Junta, às Associações e aos trabalhadores e como é lógico esta imposição vinda de cima obrigou também a Câmara a tomar medidas à semelhança do que a própria Europa fez em relação ao Governo Português obrigando-o a tomar medidas de austeridade, pois voluntariamente nenhum Governo, nenhuma Câmara tomam estas medidas, elas foram tomadas porque foram impostas. Todos os Portugueses acordaram para esta realidade. Foi assim mais fácil para a Câmara Municipal impor determinado tipo de medidas que têm dado resultado, essas medidas obviamente permitiam agora projectar a antecipação em dois ou três anos para o equilíbrio financeiro. Isto porque as medidas tomadas eram estruturais, isto é medidas que se vão manter ao longo do tempo, não foram só para hoje ou para o momento. Algumas poderão ser de momento como a redução dos salários dos funcionários e que não sabia se algum dia iriam ser recuperadas por eles. Havia também a monitorização que estava a ser feita e que em qualquer altura permitia corrigir qualquer desvio que aparecesse.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO.

Não havendo pedidos de intervenção considerou-se que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto seis: RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO- 2010/CONHECIMENTO.

Não havendo pedidos de intervenção considerou-se que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: POLITICAS DE FAMILIA E PROMOÇÃO DA NATALIDADE- CRIAÇÃO DE UM CARTÃO MUNICIPAL DA FAMILIA NUMEROSA/PROPOSTA APRESENTADA PELA DEPUTADA DR<sup>a</sup> LEANDRA CORDEIRO= APROVAÇÃO.

Para apresentação da proposta foi dada a palavra à sua autora, a Sra. Deputada Leandra Cordeiro que referiu ser intenção da proposta o trazer a debate um problema premente do País: a natalidade. Disse que os factores que estão na origem desta situação eram vários e não se reduziam às políticas adoptadas. Concordariam todos que é um problema cultural que poderá ter começado com a emancipação da mulher e a sua afirmação no mercado do trabalho que se encerra na conjuntura socioeconómica que atravessamos e que é transversal às mudanças nas relações afectivas que marcam as gerações mais novas. A proposta em si em pouco optimiza as considerações feitas, no entanto não deixa de ser na sua opinião uma mais valia e um contributo. Poderão considerar os Srs. Deputados que um desconto de 25% é apenas simbólico e que pouco ou nada contribui para o seu propósito, também era verdade, não havia ali arrogância, ilusões ou prepotências para mudar realidades, no entanto lembrava que era uma medida que não comportava grandes custos para a Autarquia, que como todos sabiam não os podia suportar e para além disso recordava que o primeiro com responsabilidade a promover e assumir verdadeiras políticas de natalidade era o Governo, que pelo contrário tem penalizado as famílias portuguesas ao reduzir privilégios sociais, designadamente as bolsas de acção social e os abonos de família que têm afectado mais de um milhão de beneficiários. Sim porque se dissermos que as políticas adoptadas não são o cerne do problema elas ajudam, são importantes, até porque este não deixa de ser um problema político. Os indicadores de natalidade estão directamente ligados aos índices de desenvolvimento de um País, temos o exemplo dos Países Nórdicos e são o garante da sua sustentabilidade social, problemas que a médio prazo Portugal terá que enfrentar de forma gravíssima com penalizações para todos nós. A não renovação de gerações prejudicará mais uma vez o interior do País. Esta temática, que trouxe a debate, deveria começar a fazer parte das agendas locais e nacionais e essencialmente assumir-se como uma bandeira da juventude, ela é à nascença uma bandeira patriótica acima de tudo, foi neste propósito que trouxe esta proposta à Assembleia Municipal, pois ao beneficiar agregados familiares com três ou mais filhos assume-se como uma medida de discriminação positiva como consta na proposta e defende os direitos do papel da família na nossa sociedade. Terminou com “Um País sem crianças é um País sem futuro”.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins que começou por dizer que a Sra. Deputada proponente acrescentou na apresentação da proposta algo que não constava do texto da mesma: não pretender que a proposta apresentada resolva o problema. Os Deputados do PS concordavam com todos os considerandos e fundamentos da proposta, não concordavam apenas com a insuficiência das medidas propostas, sendo insuficiente, quase simbólica como era reconhecido, também não podiam concordar com esta medida para a justificação da criação da família numerosa. Achavam que efectivamente fosse proposto ao executivo para que procedesse em primeiro lugar, antes mesmo da Sociedade Civil, à reflexão, ao estudo das medidas possíveis e à sua proposta para adopção ou iniciar-se primeiro a reflexão e posteriormente propor-se a criação do cartão da família numerosa e das medidas que se considerarem adequadas. Mas partindo do princípio que é um bom inicio a criação de um cartão com duas ou três medidas que seja possível desde já adoptar, se o executivo assim o entender, elaboraram uma proposta de alteração do texto na parte que diz respeito às medidas a tomar e juntavam mais duas ou três coisas que representariam uma perda de receita insignificante por parte da Câmara e se o que propunham for aprovado o texto final da proposta da Sra. Deputada Leandra Cordeiro teria a redacção constante do anexo nº4 desta acta. Disse ainda que esta proposta tinha perda de receitas da Câmara mas também se devia pensar que actualmente e infelizmente as famílias numerosas são em pequeno número, há poucas famílias e muitas vezes por acidente é que surgem mais do que três filhos, muitas vezes o segundo já é um acidente de percurso, portanto tendo isso em conta e calculando que esse número de famílias seja muito reduzido supunham que estas medidas não teriam grande impacto no total das receitas da Câmara e seria uma perda de receitas insignificante. Claro que a adopção das suas propostas não iria por si resolver qualquer problema, simplesmente já justificava em maior medida a criação e o investimento no cartão da família numerosa. Este conjunto de medidas não vai alterar a situação em termos de resolução dos problemas, mas contribuirá para que o debate seja mais interessado e para haver uma mobilização da Sociedade Civil para além de termos alertado o executivo para esta necessidade, apesar de reconhecerem que a solução destes problemas também cabe ao Governo Central, mas esse tem problemas ainda mais graves que a Câmara em termos de contenção de despesas e também temos que as aceitar como necessárias, não podemos só condenar o Governo por ter que tomar medidas que nenhum Governo ou Câmara não gostem de tomar como foi dito anteriormente.

Pedi a seguir a palavra a Sra. Deputada Inês Maria Matos que começou por dizer que a proposta que foi apresentada era arrojada, essa era a proposta ideal para um País ideal, para um estado de coisas ideal e sem com isso desmerecer a dita proposta, não era isso que estava em causa. Claro que a iniciativa da Sra. Dra. Leandra Cordeiro tinha o propósito de começar algo, há pouco para dar, porque efectivamente a situação real do País é esta, daí o ter-se proposto pouco, sejamos ambiciosos sim mas quando as condições o permitirem. Mas para além disso o Sr. Dr. Boto Martins ao mencionar “três ou mais filhos dependentes”, aqui pensava que a contabilização é feita desta forma para efeitos sociais, o agregado é constituído pelos elementos que vivem em economia comum, se há filhos dependentes que fazem parte mas têm rendimento isso é contabilizado para o agregado, portanto ao chegar-se ao montante tem-se sempre em conta o rendimento de todo o agregado e não só de parte do mesmo. Se houver um filho já licenciado, mas continuar a viver em casa dos pais e isso é cada vez mais comum, mas se esses jovens tiverem rendimentos obviamente que esse rendimento será considerado no agregado. Deu os parabéns pela proposta que era sem dúvida arrojada mas considerou-a para um País já muito desenvolvido e com uma óptima situação o que não é a nossa.

O Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos por cinco minutos para que fosse analisada esta nova situação resultante da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Reiniciados os trabalhos foi dada a palavra à Sra. Deputada Leandra Cordeiro, autora da proposta inicial e que face à alteração apresentada pelo PS que considerou também ambiciosa disse que a bancada do PSD e ela como proponente o que pretendiam eram propostas que para além de ambiciosas fossem realistas e depois do período de reflexão proposto a decisão da bancada do PSD era a de suspender a aprovação da proposta e propor ao executivo a avaliação da alteração à proposta inicial em termos de custos para a Autarquia e logo que possível dar conhecimento desses valores, até porque não queriam correr o risco de à semelhança do Governo se anunciarem medidas e elas não serem exequíveis isto é voltarem atrás, todos se lembravam certamente dos cheques bebé.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: APRECIACÃO E EVENTUAL SUBSCRIÇÃO DO MANIFESTO “ INVESTIR NA EDUCAÇÃO DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA!”.

Depois de algum impasse por não haver pedidos de intervenção, o Sr. Deputado Boto Martins pediu a palavra começando por dizer que se fosse professor subscreveria o manifesto porque estavam a mexer com coisas muito importantes para o exercício da sua actividade, com a sua qualidade de vida e com uma série de princípios que são válidos e de questões que são pertinentes em termos de qualidade de ensino e de todas as questões que são referidas no manifesto. No entanto via-se obrigado como professor ou ex-professor, como ex-encarregado de educação e com muitos anos de vida que já lhe davam um certo distanciamento de muitas destas questões a ter uma certa falta de paixão. Gostou muito da escola quer como aluno, quer como professor, achava-a uma actividade interessante e até em grande medida compensadora, mas nos tempos que correm também se confrontava com os problemas do País, com a necessidade absoluta que todos reconhecem de passarmos a viver de acordo com as nossas possibilidades, acabando por aceitar que seja necessário que as pessoas passem a viver menos bem e a ganhar menos do que ganhavam, claro que também podia dizer que concordava em que os sacrifícios fossem divididos por todos e haveria muita gente que era capaz de não estar a ser sacrificada e portanto nesse aspecto os professores tinham toda a razão. Perante o que havia a considerar neste tipo de iniciativas disse que não sabia para que lado cair, não tendo reflectido muito sobre a questão. Reconhecia que os professores tinham razão por um lado, por outro o Governo podia não ter razão, mas tinha necessidade de equilibrar as contas e irá equilibra-las onde pode e não onde era justo que era o ideal.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Maria Matos que começou por dizer que tinham partido do princípio que não havendo qualquer oposição na Assembleia Municipal o manifesto seria subscrito automaticamente, pedia desculpa e poderia ter expressado logo a sua opinião. Pegando nas palavras do Sr. Dr. Boto Martins e apenas em relação à sua última parte, o Governo de facto vai cortar e como foi dito nem sempre é onde é mais justo, mas na opinião da bancada do PSD deveria, não o faz mas deveria fazê-lo e na Educação não, na Educação não, deveria cortar em muitas fundações e institutos públicos que existem sem necessidade, sem se saber porquê, sem se saber como gerem a sua receita, etc., podia enumerar uma série de medidas substanciais, que trouxessem de facto um impacto na despesa do Estado e portanto preferia que o Governo começasse por aí, não começou, infelizmente começou pela Educação para mal dos nossos filhos e sobretudo os filhos daqueles que não podem, não têm condições para frequentar o Ensino Privado. Pelo que tinha percebido este manifesto pretendia defender a Escola Pública e é a essa que devemos dar importância em primeiro lugar porque nem todos têm a possibilidade de inscrever os seus filhos nos melhores colégios privados do País. Pensava que o grupo parlamentar do PSD seria unânime em subscrever este manifesto, porque e como disse a Sra. Deputada Francisca, educar é ensinar os jovens a caminharem sozinhos e prepara-los para serem cidadãos activos, sem meios não teremos futuro e sem os meios da educação que lhes darão essas bases com certeza que o futuro, a natalidade, de pouco servirá porque termos jovens mal formados ou não formados também não interessa ao País.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que começou por dizer que não era professor mas já tinha sido durante alguns anos, que em relação a este assunto achava que o Governo tem tido posições negativas e positivas em relação ao Ensino e pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que a subscrição fosse votada, pessoalmente iria abster-se mas haveria Deputados que teriam a sua posição, uns a favor outros contra.

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para a votação da subscrição do manifesto que foi aprovada por maioria de 22 votos a favor (16 do PPD/PSD e seis do PS) e seis abstenções (uma do PPD/PSD – Sr. Deputado António Antunes e cinco do PS – Srs. Deputados João Boto Martins, César Branquinho, Fernando Abel, Manuel Morais e Hélder Dias).

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Registaram-se dois pedidos de intervenção.

Primeiramente foi dada a palavra a João Serra, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local que leu uma Resolução do Sindicato que constitui o anexo nº5 desta Acta e que será enviada aos grupos parlamentares da Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. D. Esmeralda Antas de Vila Pouca que começou por referir o lamento feito pelo Sr. Presidente da Assembleia na última sessão por não ter havido intervenções do público mas referiu que as pessoas não estão muito estimuladas a fazê-lo, sendo assustadas e afastadas por regras sem sentido de um Regimento elaborado à medida de quem o fez, Regimento que tem visto não ser respeitado por alguns elementos da Assembleia. Disse ter um aplauso para a atitude do Sr. Presidente da Câmara pela tomada de posição em relação ao caso da viatura cedida ao Centro de Saúde. O serviço domiciliário de saúde é um serviço difícil e antes era feito com um carro sem condições que dava muitos problemas, o surgir de um carro novo cedido pela Autarquia foi um alívio e veio dar outras condições ao serviço. Depois aconteceu o que todos já sabiam, parecia que os bons serviços em S.C.Dão eram para abater e perguntava até quando as pessoas não queriam pôr de lado os cartões partidários e resolver o que realmente interessa. Depois referiu o focado na última sessão sobre o problema existente na Rua do Cantarinhas acerca do estacionamento e trânsito nos dois sentidos focando a zona do café lá existente onde também se verifica um estacionamento um pouco selvagem e que impede que o trânsito circule normalmente. Questionou a nova alteração de trânsito a acontecer na Rua Padre Franklim Coimbra querendo saber se o trânsito irá ser aberto nos dois sentidos e se o estacionamento também iria ser proibido nos dois sentidos.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que agradeceu a presença do STAL com quem já teve várias reuniões na Câmara Municipal, faziam o seu papel, representavam os seus associados e tentavam defender os seus interesses. Recordou o passado da situação dizendo que a questão dos motoristas já vinha do anterior executivo tendo sido herdada por ele. Havia em relação aos Tribunais interpretações diferentes e havia também decisões diferentes para o mesmo caso e perguntava-se se até os Tribunais têm dúvidas na aplicação da Lei, ele que não era jurista porque não haveria de as ter. Resolveu o problema de alguns motoristas onde havia já decisões que lhes eram favoráveis. A Câmara actual poderia ter feito como fez a Câmara anterior que era ter recorrido para outro Tribunal Superior de onde vieram essas decisões a favor da Câmara Municipal de S.C.Dão e não o fez por achar que se devia dar aos motoristas a oportunidade de ter a carreira que todos os outros funcionários tinham. O problema é que a determinada altura surgiu uma dúvida legal, o Sindicato diz que apresentou soluções jurídicas, mas não apresentou nenhum parecer jurídico que fosse irrefutável e portanto as soluções jurídicas do Sindicato eram contrariadas por pareceres jurídicos que a Câmara tinha e como sabem a Lei também foi mudando e agora qualquer erro que ele cometa na Câmara Municipal que tenha implicações financeiras, quem paga é o seu bolso e tem responsabilidades familiares que o obrigam a gastar os seus recursos financeiros e não tem disponibilidade bancária para poder pagar os erros que possa cometer em termos financeiros e portanto tinha que ter muito cuidado com as decisões que tomava. Gostaria que elementos do Sindicato fossem durante uma semana Presidentes de uma Câmara Municipal e que tivessem que tomar estas decisões. Não era falta de vontade, tratava todos por igual e se alguém quis resolver o problema foi ele, foram pagas a alguns motoristas indemnizações pelo tempo que esperaram para ser recolocados, aos outros não foi porque a seguir surgiram dúvidas e a Lei foi alterada. Irá receber da Assembleia Municipal a Resolução apresentada que irá analisar, ele e a Câmara Municipal para se poder tomar uma decisão. Se houver justificação jurídica e se houver alguma jurisprudência relativamente ao assunto, será o primeiro a admitir o pagamento. Em relação à questão apresentada sobre a Rua Padre Franklim Coimbra disse que no Jornal Defesa da Beira os Vereadores do PSD emitiram um comunicado dizendo que não concordavam com a solução. Atendendo a algumas razões que lhes foram colocadas por um empresário acharam que podiam fazer uma experiência piloto arranjanado uma solução, que na sua opinião não resolve o assunto, pelo contrário e até reconhecia que causará alguma complicação a quem lá circula, não tinha a mínima dúvida, mas foi aceite pelo empresário, o período da manhã era a altura do dia em que tinha mais clientes e onde notou a sua maior quebra e será no período da manhã entre as oito e as doze horas que a rua terá o trânsito nos dois sentidos. Dizem-lhe que vai haver uma grande confusão e nisso concorda, mas será bom para as pessoas entenderem de uma vez por todas que há um determinado número de medidas que têm consequências. Relativamente ao estacionamento não

será necessária qualquer sinalização pois a Lei diz que numa rua de dois sentidos onde não seja possível dois carros cruzarem um pelo outro não se pode estacionar. É preciso conhecer a lei. Quem tiver o cuidado de ver o Plano de Mobilidade vai verificar que o lado do estacionamento naquela rua com um sentido está do lado errado, devia estar do lado direito. Há uma rua que está prevista, que é a que passa por trás do Lidl e que quando pronta permitirá refazer todo aquele sentido de tráfego. Em relação à Rua do Cantarinhas o trânsito foi encerrado num sentido num pequeno troço que era onde havia mais dificuldades de estacionamento, no resto do troço também se está a preparar a delimitação dos lugares de estacionamento. Estava plenamente convencido e disse-o ao empresário que a diminuição de clientes não tinha nada a ver com o trânsito, tinha a ver com mais concorrência e com menos poder de compra. Esperava que a crise passasse e tudo voltaria a ser como dantes em relação ao número de clientes.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia deu de seguida por encerrada a sessão pelas dezassete horas e dez minutos dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Aprovada por unanimidade  
em sessão da Assembleia Municipal  
de 25/02/2011 e  
enviada às entidades competentes.

ANEXO Nº 1

## Base Operacional do INEM em Santa Comba Dão

Os membros eleitos pelo Partido Social Democrata, à Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, em face da decisão das Entidades Governamentais de retirarem as equipas helitransportadas do Heliporto de Santa Comba Dão, para Aguiar da Beira, propõem a aprovação da seguinte:

### MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, reunida em sessão ordinária no dia 25 de Fevereiro de 2011, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, manifesta a sua indignação pela decisão do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) pela deslocalização da equipa helitransportada do INEM, que se encontra sedeadada no Heliporto dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão, para o Concelho de Aguiar da Beira.

Com esta posição, alicerçada num conjunto de pressupostos técnicos, exige, a Assembleia Municipal, que os responsáveis revoguem uma decisão que lesa, não só os interesses da Região Centro, mas também do País, pelas seguintes razões:

#### 1. Históricas

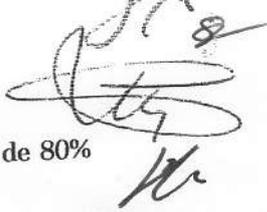
- O Plano Estratégico do INEM, única justificação apresentada pelo Ministério da Saúde e pelo INEM para a colocação do helicóptero num heliporto, onde, curiosamente, o Plano não previa, Aguiar da Beira, foi, por diversas vezes, alterado e adulterado.
- Santa Comba Dão tem um historial de 13 anos de acções helitransportadas com equipas médicas do INEM.
- Santa Comba Dão foi pioneira no transporte aéreo de doentes com equipas médicas dos Bombeiros Voluntários.

#### 2. Técnicas

- Operacionalidade do Heliporto de Santa Comba Dão durante 24 horas por dia e 365 dias por ano, certificado pela ANA sem quaisquer restrições para Busca e Salvamento, Combate a Incêndios e Emergência Médica.
- Heliporto equipado com Beacon (farol) rotativo para sinalizar o heliporto, visível desde Coimbra ou Viseu; rádio ajuda VOR do aeródromo de Viseu, o que permite aterragens com baixa visibilidade.
- Heliporto equipado com tanque de combustível de 50.000 litros e bomba de alto débito, o que diminuiu substancialmente o tempo de abastecimento.

#### 3. Localização Geoestratégica

- Proximidade às grandes vias nomeadamente, A1, A25, A17, A29, IP3, IC12 e IC6, Linha da Beira Alta e Linha do Norte.

-   
 Mr
- Hospital de destino: Hospitais da Universidade de Coimbra que recebe mais de 80% das urgências da Região Centro
  - Equidistante da costa e da fronteira com Espanha.
  - Existência de uma base da Protecção Civil com dois helicópteros KAMOV, no mesmo local, o que permite a constituição de equipas mistas INEM/Protecção Civil, em operações de resgate.
  - Maior rapidez no acesso ao doente/vítima, maior rapidez no transporte ao Hospital (HUC) e maior rapidez no regresso à base, o que significa que o helicóptero estará mais rapidamente disponível para nova missão.
  - Possibilidades de socorrer doentes em Tomar ou em Santarém, I.C.8, etc.
  - Cobertura de uma área onde a densidade populacional é cerca de 3 vezes superior à que vai cobrir em Aguiar da Beira.
  - A zona Norte fica com 3 helicópteros do INEM, sobrepostos, ficando esta vasta região até Lisboa sem qualquer aeronave se socorro.

#### 4. Estatísticas

- Em 11 meses de operação, o helicóptero em Santa Comba Dão, foi aquele de entre os 5 existentes no País, que fez mais missões e em menos horas de voo,
- As equipas do INEM contratadas directamente, ou deslocadas dos Hospitais de Coimbra, Viseu e Aveiro, Figueira do Foz e Leiria, estiveram sempre disponíveis 24 horas por dia o que permitiu o salvamento de dezenas de vidas.
- A esmagadora maioria dos voos do helicóptero são feitos para sudoeste de Santa Comba Dão, ou seja no sentido de Coimbra – Leiria;
- Em média, cada missão do helicóptero em Santa Comba Dão tem a duração de 51 minutos, considerando o circuito descrito no ponto 3. do item anterior.

#### 5. Outros Razões Relevantes

- No heliporto de Santa Comba Dão foram investidos nos últimos dois anos, mais de 300.000 euros entre Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários e Câmara Municipal. Recentemente ficou concluída a construção de mais um hangar especificamente para o helicóptero do INEM e a pedido deste Organismo.
- Instalações no quartel dos Bombeiros foram adaptadas para que o INEM tivesse todas as condições necessárias ao desempenho das missões de socorro às vítimas.
- A facilidade de deslocação dos profissionais de saúde e as condições que lhes são oferecidas em Santa Comba Dão, são factores fundamentais para manter este meio aéreo em alerta constante.

Além destas razões, que não deixam dúvidas relativamente ao erro que está prestes a ser cometido, subsiste sobre todas as outras a razão do **BOM SENSO!**

Santa Comba Dão, 25 de Fevereiro de 2011

A BANCADA DO PSD/PSD

ANEXO N.º 2



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Deputados

Caríssimo público

A minha intervenção nesta assembleia surge no âmbito do Ano Europeu das Actividades Voluntárias que Promovam uma Cidadania Activa, um projecto que nasceu, como sabem, através da declaração oficial do Conselho de Ministros da União Europeia no dia 27 de Novembro de 2009; e que prevê o ano 2011 como o Ano do Voluntariado.

Como objectivo geral deste Ano apontou-se o incentivo e apoio dos esforços desenvolvidos quer pela Comunidade Europeia e pelos Estados Membros, quer pelas Autoridades locais e regionais tendo em vista a criação de condições na sociedade civil propícias ao voluntariado na União Europeia.

Este objectivo geral será operacionalizado através de 4 grandes objectivos específicos:

- A Criação de um ambiente propício ao voluntariado na União Europeia;
- A dádiva de meios às organizações que promovem o voluntariado para melhorar a qualidade das suas actividades;
- O reconhecimento do trabalho voluntário;
- A sensibilização das pessoas para o valor e a importância do Voluntariado.

Neste seguimento é lançado o mote para a realização de diversas actividades que promovam o voluntariado e, assim, apela-se à responsabilização de toda a comunidade perante os outros e o meio que os envolve.

## ANEXO Nº 3

Santa Comba Dão está, definitivamente, na moda!

Está na moda porque melhorou!

Porque, e devido ao esforço de todos, está dotada de mais e melhores serviços; mais e melhor comércio; de maior qualidade na circulação de pessoas e viaturas, não só nas ruas da nossa cidade mas também um pouco por todo o concelho; de mais oferta de actividades culturais, lúdicas e desportivas, que nos faz ser destino de muitos habitantes de concelhos vizinhos para a prática das mesmas; de mais discussão porque, necessariamente, circula mais informação; mas, sobretudo, mais maturidade, mais poder de análise e de intervenção cívica!

A saúde é o tema que, ultimamente, tem abalado a nossa terra!

Pela delicadeza do assunto, tendo em conta que é o mais importante das nossas vidas, analisarei com a maior objectividade possível, os factos, e os presentes tirarão as ilações que entenderem convenientes.

A viatura, adquirida pelo município de Santa Comba Dão, por deliberação tomada por unanimidade, em reunião de câmara de 23 de Outubro de 2001, para o serviço de enfermagem domiciliário em termos ambulatoriais e urgência, tem gerado uma discussão, do meu ponto de vista, escusada, tendo em conta que a mesma continua disponível para o serviço que justificou a sua aquisição.

Vejamos:

- a decisão de aquisição da viatura foi tomada por unanimidade, em reunião de câmara de 23/10/2001, como já disse anteriormente;
- o fim a que se destinava era o serviço de enfermagem domiciliário em termos ambulatoriais, conforme consta da dita acta;
- após a aquisição da mesma, foi estabelecido um protocolo, a 12 de Abril de 2002, entre o município de Santa Comba Dão e a Sub-Região de Saúde de Viseu, entretanto extinta, intitulado: "Protocolo de Cedência pela Câmara Municipal de Santa Comba Dão à Sub-Região de Saúde de Viseu de uma viatura para apoio ao serviço domiciliário de saúde no concelho de Santa Comba Dão". Tal permite-nos concluir que a área geográfica de actuação desta carrinha é, exclusivamente, o concelho de Santa Comba Dão. Aliás, outra presunção não pode, nem deve ser feita, porque todos os municípios, do Agrupamentos de Centros de Saúde, dispõem de viaturas para o serviço domiciliário.

Nestes termos, pergunto: porque razão quis o Dr. José Craveiro, Director Executivo do Aces Dão Lafões III, levar a viatura do município, ao serviço da saúde em Santa Comba Dão, para concelhos vizinhos, quando os mesmos estavam servidos com idêntico equipamento?

Porque razão, após 8 anos ao serviço do Centro de Saúde de Santa Comba Dão, 5 dos quais com o actual executivo camarário, foi levantada esta questão? O Dr. José Craveiros assume o cargo de Director Executivo do Aces Dão Lafões desde 2 de Abril de 2009 e em tão pouco tempo a polémica instalou-se.



A viatura que esteve, e continua a estar, ao serviço do Centro de Saúde de Santa Comba Dão, para serviço de enfermagem domiciliário, foi sempre mantida pelo município: combustível, revisões periódicas e demais manutenção. Foi, também, com os impostos dos Santacombadenses que foi possível assegurar tal serviço, pergunto se, tendo em conta o investimento que o município fez, e faz, com tal viatura, se os Santacombadenses gostariam de ver a circular no nosso concelho, viaturas de outros municípios para prestar o serviço que deveria ser mantido pela viatura adquirida para o efeito?

Que quis o Dr. José Craveiro, com esta atitude?

Fala o Dr. José Craveiro, num comunicado publicado na imprensa local, em serenidade, clareza e diálogo, e eu pergunto: onde deixou ele a sua capacidade de diálogo quando, unilateralmente, sem consultar as outras partes dos protocolos em questão, que não são de desconsiderar tendo em conta que são as proprietárias das viaturas cedidas, decidiu colocar ao serviço de outros concelhos, as carrinhas que apenas deveriam ser utilizadas nos seus concelhos de origem?

No concelho de Tondela, decisão semelhante foi tomada pelo seu *mui digno* Presidente, Dr. Carlos Marta. Entendeu, e muito bem, na minha opinião, impedir que a carrinha destinada a Tondela fizesse serviço em outros concelhos, à semelhança do que aconteceu com os demais Presidentes de Câmara, à excepção do concelho de Carregal do Sal, mas só com Santa Comba Dão, ou melhor, só com o Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, a polémica tomou a amplitude, hoje, conhecida por todos.

No mesmo comunicado, tornado público, o Dr. José Craveiro afirma que a utilização da viatura deve ser feita "por todos os profissionais do Centro de Saúde e não estar ao serviço exclusivo de uma categoria profissional", referindo-se, concretamente, aos enfermeiros.

Está enganado! A acta da reunião camarária já citada, é muito clara: é ao serviço de enfermagem domiciliário que a viatura está afectada.

Clareza e serenidade, de que tanto gosta de apregoar, deveria ter tido na leitura dos documentos relevantes para análise da situação.

Se os Srs. Enfermeiros do Centro de Saúde de Santa Comba Dão, e como afirmou publicamente o Dr. José Craveiro, usam a viatura para outros fins, o que acredito piamente não acontecer, é ao Dr. José Craveiro, enquanto Director Executivo do Aceso Dão Lafões III, que cumpre obstar a que tal aconteça.

A gestão interna dos seus serviços a ele compete para que os mesmos sejam realizados com competência e profissionalismo.

Curiosos são, também, os dados publicados pelo Dr. José Craveiro: mais utentes com médico de família, mais domicílios médicos, mais domicílios de enfermagem.

Dados curiosos, felizes MAS ÓBVIOS!



Os recursos aumentam, refiro-me não só às viaturas disponibilizadas pelos vários concelhos mas também a outros, logo, e necessariamente, deve aumentar a qualidade do serviço prestado.

No entanto, cumpre informar que, em Santa Comba Dão, as visitas domiciliárias passaram a ser feitas às 3<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> –feiras, apenas, e não todos os dias úteis da semana, como acontecia.

Terá sido porque, como ao Dr. José Craveiro acusou, “o Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, roubou a viatura ao Aces Dão Lafões”?

Não me parece! Aliás, porque a viatura, como o podem comprovar médicos e enfermeiros continua ao serviço do seu nobre fim.

Deve-se sim, à qualidade dos profissionais de saúde do Centro de Saúde de Santa Comba Dão, desde os Administrativos, Médicos e Enfermeiros que, com dedicação e profissionalismo colocam acima de todas as politiquices, o bem servir os seus doentes!

A propósito, e porque vem a talho de foice, e não obstante a posição já tomada pelo grupo parlamentar do PSD nesta assembleia, sobre o assunto, apelo, publicamente, a que o Governo que tem a seu cargo a decisão de manter ou não o helicóptero do INEM em Santa Comba Dão, tenha em consideração, tendo em conta todos os dados disponíveis, o que disse o próprio Dr. José Craveiro, no dito comunicado, referindo-se ao Serviço Nacional de Saúde, e passo a citar:

“O Serviço Nacional de Saúde só manterá os seus padrões de qualidade, se conseguir, com os recursos humanos existentes, ganhos na organização e na racionalização de práticas que permitam manter as respostas que as populações esperam do SNS, gastando apenas os recursos que um país que não é rico, pode disponibilizar para a sua manutenção.”

Haja bom-senso!

Obrigada

Inês Maria Matos

ANEXO 114

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*



Santa Comba Dão

**Proposta de alteração da proposta apresentada pela Sra. Deputada Leandra Cordeiro sobre Políticas de Família e Promoção da Natalidade**

Os deputados da bancada do Partido Socialista partilham da preocupação em matéria de natalidade manifestada pela Sra. Deputada proponente, e concordam com a necessidade de apoiar as famílias numerosas, criando para tanto o Cartão Municipal da Família Numerosa. Consideram, todavia, que o benefício proposto para essas famílias, nomeadamente “um desconto de 25% nas tarifas praticadas nos serviços (actividades culturais, desportivas ou recreativas) ... da autarquia” é insuficiente para que se possa falar de políticas de família e promoção da natalidade e para que se justifique a criação desse Cartão Municipal.

Dado o exposto, propõem que o texto da Proposta passe a ter a seguinte redação:

“Assumindo este conjunto de considerações, propõe-se a criação de um Cartão Municipal da Família Numerosa, abrangendo agregados familiares com três ou mais filhos **dependentes**, que beneficiariam **do seguinte**:

- 25% de **desconto** nas tarifas praticadas nos serviços (actividades culturais, desportivas ou recreativas) dependentes, directos ou por concessão, da autarquia;
- **pagamento de uma taxa reduzida de RSU e de saneamento básico correspondente ao consumo de água do 1º escalão;**
- **desconto de 10% no IMI até a um máximo de 400 euros de imposto pago ou subsídio de renda de casa de valor equivalente;**
- **outras medidas de discriminação positiva que o Executivo entenda considerar.**

O líder da bancada do PS

*Handwritten signature of the leader of the PS group.*



## RESOLUÇÃO

### Trabalhadores da Câmara de Santa Comba Dão continuam à espera de resposta aos seus problemas.

Os trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, com a categoria de Motoristas e Operadores da Maquinas Pesadas e Veículos Especiais continuam à espera de uma resposta concreta às questões colocadas ao Executivo Camarário em particular ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

No decorrer do ano de 2006 foi colocado ao Sr. Presidente da Câmara de Santa Comba Dão a situação injusta e discriminatória que estava a ocorrer entre estes trabalhadores, todos da mesma categoria e que por via de duas decisões judiciais distintas sobre a mesma situação, viram na altura ser considerada a progressão de alguns deles num sistema de carreiras verticais (3 em 3 anos) enquanto os restantes continuariam a progredir no sistema de carreiras horizontais (4 em 4 anos).

Perante isto e reconhecendo de facto a injustiça que tal medida preconizava e a terrível discriminação criada entre trabalhadores de igual carreira e categoria, o Sr. Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, prometeu aos trabalhadores e ao STAL enquanto representante destes, que o Executivo tomaria as medidas necessárias para que todos passassem a estar em iguais circunstâncias de igualdade e ter o mesmo tratamento.

Para que tal acontecesse, o STAL apresentou ao longo do tempo em várias circunstâncias e reuniões com o Sr. Presidente ou seu representante, propostas contemplando soluções, inclusive com sustentação jurídica, para a resolução desta situação.

No entanto, o Executivo não considerou estas propostas ou procurou tomar essas providências revelando falta da necessária agilidade no sentido de realmente concretizar as promessas efectuadas, protelando no tempo e deixando arrastar esta situação até hoje, com o prejuízo evidente dos seus trabalhadores, com a agravante de não dar resposta quer STAL quer aos trabalhadores nas suas pretensões que mais não são, que **a exigência do cumprimento das promessas feitas.**

Muitas foram as diligências efectuadas junto deste executivo.

Inclusive o ultimo contacto efectuado revestido na figura de abaixo-assinado entregue nos serviços em 14 de Dezembro de 2010 e que não obteve até ao momento qualquer resposta.

Considerando o exposto e em acordo com os trabalhadores, decide-se:

- Apresentar ao Executivo esta resolução de condenação pelo desrespeito demonstrado ao não assumir os compromissos acordados reiteradamente com o Sindicato, demonstrando também uma clara atitude de despreocupação pelos trabalhadores, em especial nesta questão.
- Exigir o cumprimento das promessas feitas e a tomada de medidas que reponham e respondam rapidamente aos anseios e preocupações manifestadas pelos trabalhadores.

**Santa Comba Dão, 25 de Fevereiro de 2011**